

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.220 - RS (2019/0337878-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : OI S.A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH - RS008227  
LUCIANA RODRIGUES FIALHO DE SOUZA E OUTRO(S) -  
RS074531A  
SHERON GUTERRES DOS SANTOS - RS093996  
JULIANA RECH SIEDSCHLAG - RS091381  
FERNANDA PETRY DE ABREU SOUZA - RS100441  
**RECORRIDO** : MARCOS CLARINEI PERINI  
**ADVOGADOS** : FÁBIO DAVI BORTOLI E OUTRO(S) - RS066539  
ALEXANDRE LUIS JUDACHESKI - RS066424

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por **OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, com amparo nas alíneas "a" e "c", do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 218, e-STJ):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. CABIMENTO DO RECURSO CONDICIONADO À EXISTÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/15. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESACOLHIDOS.

Opostos embargos de declaração, estes foram rejeitados (fls. 264-267, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 273-306, e-STJ), a recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 1022, II, do CPC/15; 9º, II, 49 e 59, da Lei 11.101/2005.

Sustenta, em síntese: **a)** omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar a aplicação do artigo 49 da Lei 11.101/2005 para a classificação do crédito objeto da demanda e o entendimento do STJ sobre a matéria, alegando que o fato gerador do crédito decorrente da responsabilidade civil deve ser considerado para aferir a sua natureza (concursal/extracursal); **b)** o crédito exequendo é concursal e deve ser submetido aos termos do plano de recuperação judicial, alegando que o critério para averiguar a submissão do crédito à recuperação judicial é a data da existência do fato gerador do crédito e não a data do trânsito em julgado da ação de conhecimento; **c)** o cálculo da condenação deve ser atualizado até a data de início da recuperação judicial.

Sem contrarrazões (fl. 325, e-STJ).

Após decisão de admissão do recurso especial (fls. 327-336, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação merece prosperar.

1. De início, a recorrente aponta violação ao artigo 1022, II, do CPC/15, sustentando omissão, pelo Tribunal de origem, em analisar a aplicação do artigo 49 da Lei 11.101/2005, para a classificação do crédito objeto da demanda e o entendimento do STJ sobre a matéria, alegando que o fato gerador do crédito decorrente da responsabilidade civil deve ser considerado para aferir a sua natureza (concursal/extracursal).

Constata-se, da leitura do acórdão recorrido, que a apontada ofensa não se configura, na medida em que a Corte Estadual, ao apreciar os recursos interpostos pelas partes, dirimiu de forma clara e integralmente a controvérsia, manifestando-se sobre a natureza do crédito exequendo e expondo os motivos que a levaram a considerá-lo como extracursal, nos seguintes termos (fls. 178-179, e-STJ):

O caso retrata hipótese de litígio cujo trânsito em julgado da decisão proferida na etapa de conhecimento ocorreu após o ingresso do pedido de recuperação judicial da agravada.

Este Colegiado segue a posição majoritária nesta Corte, entendendo que, para definir se o crédito se submete ao concurso de credores, o critério a ser adotado é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória, pois é neste momento que há efetiva exigibilidade.

Importa salientar que não é possível considerar o crédito “não vencido”, tendo como referência a data do fato, para fins de aplicação do artigo 49 da Lei 11.101/05, pois sequer existente, já que a ocorrência de ato ilícito gera mera expectativa de Direito.

O crédito, portanto, não se submete ao concurso de credores.

Nada obstante, estando a ré em recuperação judicial, o feito deve prosseguir até a apuração do valor e, após, deve ser oficiado ao juízo em que se processa o pedido de recuperação para que os valores sejam adimplidos, não sendo possíveis atos de constrição de patrimônio.

Como visto, as teses da recorrente foram apreciadas pelo Tribunal *a quo*, sem omissão, que as afastou apontando o fundamento jurídico para tal.

Consoante jurisprudência desta Corte Superior, o julgador **não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos invocados pelas partes, nem a indicar todos os dispositivos legais suscitados, quando tenha encontrado motivação satisfatória para dirimir o litígio.**

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Afasta-se, assim, a apontada violação ao artigo 1022, II, do CPC/15.

2. A recorrente aponta, ainda, ofensa aos artigos 9º, II, 49 e 59 da Lei

11.101/05, sustentando que o crédito exequendo é concursal e deve ser submetido aos termos do plano de recuperação judicial, alegando que o critério para averiguar a submissão do crédito à recuperação judicial é a data da existência do fato gerador do crédito e não a data do trânsito em julgado da ação de conhecimento. Acrescenta que o cálculo da condenação deve ser atualizado até a data de início da recuperação judicial.

Merece prosperar a irresignação da recorrente, no ponto.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 178-179, e-STJ):

O caso retrata hipótese de litígio cujo trânsito em julgado da decisão proferida na etapa de conhecimento ocorreu após o ingresso do pedido de recuperação judicial da agravada.

Este Colegiado segue a posição majoritária nesta Corte, entendendo que, **para definir se o crédito se submete ao concurso de credores, o critério a ser adotado é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória, pois é neste momento que há efetiva exigibilidade.**

**Importa salientar que não é possível considerar o crédito “não vencido”, tendo como referência a data do fato, para fins de aplicação do artigo 49 da Lei 11.101/05, pois sequer existente, já que a ocorrência de ato ilícito gera mera expectativa de Direito.**

O crédito, portanto, não se submete ao concurso de credores.

Nada obstante, estando a ré em recuperação judicial, o feito deve prosseguir até a apuração do valor e, após, deve ser oficiado ao juízo em que se processa o pedido de recuperação para que os valores sejam adimplidos, não sendo possíveis atos de constrição de patrimônio. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto e com amparo no acervo fático-probatório constante dos autos, concluiu que o fato gerador para aferir a natureza do crédito perseguido na demanda é a data do trânsito em julgado da sentença condenatória, entendendo que neste momento há efetiva exigibilidade (fl. 178, e-STJ), e consignou que, na hipótese, ocorreu após o pedido de recuperação judicial, razão pela qual considerou o crédito como sendo extraconcursal (fl. 179, e-STJ).

Todavia, conforme entendimento jurisprudencial consolidado por este Superior Tribunal de Justiça, em demandas como a presente, **cua obrigação advém de fato preexistente à data de deferimento do pedido de recuperação judicial**, deve a ação de conhecimento prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, com a determinação do valor devido, deverá o respectivo crédito ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.

Uma vez iniciada a recuperação judicial e apresentado o respectivo plano de soerguimento, é mister que os atos constritivos praticados em detrimento dos ativos da sociedade sejam submetidos ao juízo universal, pois o destino do seu patrimônio não pode ser afetado por decisões prolatadas por Juízo diverso daquele competente para a recuperação, sob pena de prejudicar o funcionamento da empresa, comprometendo, assim, o sucesso do plano de recuperação, ainda que transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005).

A corroborar tal conclusão:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA DO TRABALHO. JUSTIÇA DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. SERVIÇO PRESTADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXISTÊNCIA. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. POSTERIOR SENTENÇA DECLARATÓRIA DO CRÉDITO. ATO JUDICIAL QUE DECLARA O CRÉDITO JÁ EXISTENTE EM TÍTULO JUDICIAL. CONFLITO CONHECIDO E PROVIDO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que "estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos", o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido. 2. O art. 7º da Lei 11.101/2005 afirma que o crédito já existente, ainda que não vencido, pode ser incluído de forma extrajudicial pelo próprio Administrado Judicial, ao elaborar o plano ou de forma retardatária, evidenciando que a lei não exige provimento judicial para que o crédito seja considerado existente na data do pedido de recuperação judicial. 3. O crédito trabalhista, relativo ao serviço prestado em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, submete-se ao respectivo procedimento e aos seus efeitos, atraindo a competência do Juízo da Recuperação Judicial, para processar a respectiva habilitação, ainda que de forma retardatária. Precedentes da Terceira Turma. 4. Conflito conhecido e provido para declarar competente o Juízo da Recuperação Judicial. (CC 139.332/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 30/04/2018) [grifou-se]**

RECURSO ESPECIAL. **AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA.** 1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018. 2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento. 3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional. **4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua**

**quantificação. Precedente. 5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora.** 6. Recurso especial provido. (REsp 1727771/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 18/05/2018) [grifou-se]

**RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLEMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). 1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente entre as partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que inexigível. 2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial. 2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.101/2005, a ação trabalhista que verse, naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo. 3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em recuperação, o que pressupõe, naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que**

ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente. 4. Recurso especial provido. (REsp 1.634.046/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Rel. p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25.04.2017, DJe 18.05.2017) [grifou-se]

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. **DISCUSSÃO SOBRE INCLUSÃO DE CRÉDITO EM PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. "DEMANDA ILÍQUIDA". APLICAÇÃO DO § 1º DO ART. 6º DA LEI N. 11.101/2005. CRÉDITO REFERENTE À AÇÃO INDENIZATÓRIA. OBRIGAÇÃO EXISTENTE ANTES DO PEDIDO DE SOERGUIMENTO. INCLUSÃO NO PLANO DE RECUPERAÇÃO. VIOLAÇÃO AO ART. 59 DA LEI N. 11.101/2005. RECURSO PROVIDO.** 1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, pois o eg. Tribunal *a quo* dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha a examinar uma a uma as alegações e os argumentos expendidos pelas partes. Ademais, não se configura omissão quando o julgador adota fundamento diverso daquele invocado nas razões recursais. 2. No caso, verifica-se que a controvérsia principal está em definir se o crédito decorrente de sentença condenatória, proferida em autos de ação indenizatória ajuizada antes do pedido de soerguimento, submete-se, ou não, aos efeitos da recuperação judicial em curso. 3. A ação na qual se busca indenização por danos morais - caso dos autos - é tida por "demanda ilíquida", pois cabe ao magistrado avaliar a existência do evento danoso, bem como determinar a extensão e o valor da reparação para o caso concreto. **4. Tratando-se, portanto, de demanda cujos pedidos são ilíquidos, a ação de conhecimento deverá prosseguir perante o juízo na qual foi proposta, após o qual, sendo determinado o valor do crédito, deverá ser habilitado no quadro geral de credores da sociedade em recuperação judicial. Interpretação do § 1º do art. 6º da Lei n. 11.101/2005.** 5. Segundo o caput do art. 49 da Lei n. 11.101/2005, estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. **6. A situação dos autos demonstra que o evento danoso, que deu origem ao crédito discutido, bem como a sentença que reconheceu a existência de dano moral indenizável e dimensionou o montante da reparação, ocorreram antes do pedido de recuperação judicial.** **7. Na hipótese de crédito decorrente de responsabilidade civil, oriundo de fato preexistente ao momento da recuperação judicial, é necessária a sua habilitação e inclusão no plano de recuperação da sociedade devedora.** 8. Recurso especial provido. (REsp 1447918/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/04/2016, DJe 16/05/2016) [grifou-se]

Com efeito, nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, "o art. 49 da Lei 11.101/2005 prevê que 'estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos', o que conduz à conclusão de que a submissão de um determinado crédito à Recuperação Judicial não depende de provimento judicial anterior ou contemporâneo ao pedido, mas apenas que seja referente a fatos ocorridos antes do pedido".

Assim sendo, embora o crédito objeto da presente demanda tenha se tornado exigível após o ingresso do pedido de recuperação judicial, com o trânsito em julgado da respectiva sentença proferida na demanda (fl. 178, e-STJ), porquanto decorrente de fato ocorrido em momento anterior, deve ser submetido ao plano de soerguimento da sociedade recuperanda.

Logo, o entendimento do Tribunal de origem, no ponto, destoa da jurisprudência desta Corte Superior sobre a matéria, merecendo prosperar a irresignação da recorrente para determinar que o crédito exequendo seja submetido ao plano de recuperação judicial da empresa demandada, nos termos da fundamentação supra.

**3.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, **dou provimento** ao recurso especial, para reformar o aresto recorrido e determinar que o crédito objeto da presente demanda seja submetido ao plano de recuperação judicial da empresa demandada, nos termos da fundamentação supra.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator